



GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA – BAHIA

Lisângela Silva Lima

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
lisangelalivre@hotmail.com

Cândida Maria Santos Daltro Alves

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
candida_alves@yahoo.com.br

Lizandra Silva Lima

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
lizandrasl@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aborda a importância da gestão dos espaços públicos na educação Infantil. Apresenta reflexões acerca do desenvolvimento das crianças, visando então, resgatar as contribuições que emanam do espaço enquanto formador. Objetiva demonstrar por meio de pesquisa de campo, situar o espaço como unidade formativa que, em relação com o brincar, cuidar e o educar pode interferir diretamente no desenvolvimento integral da criança na Educação Infantil. Para elucidar essas questões, buscou-se o referencial teórico, DORIS (2011), ZABALA (1998), FORNEIRO (1998), BIJOU; BAER, (1980); (1980); TARALLI (2004) e FRISON (2008). Por intermédio dessa análise, defendemos que os espaços públicos de educação infantil, devem ser garantidos de forma que as crianças sintam-se pertencentes, enquanto indivíduo e coletividade, como um processo de caráter essencialmente pedagógico em distintos contextos da política educacional.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão dos Espaços. Políticas Públicas.

Introdução

A proposta deste trabalho é apresentar algumas considerações que objetiva refletir sobre a gestão dos espaços no âmbito educacional infantil, através das reflexões acordadas no entorno de teóricos que afirmam que a gestão dos espaços é um processo de construção de saberes, sendo fundamental pensar na criança da Educação Infantil, com sua identidade individual e coletiva e de

que forma esse percurso influencia suas ações no espaço pedagógico. FORNEIRO (1998); SCHMIDT (2012); MAGRO (2012).

Trata-se de pesquisa exploratória de cunho bibliográfico que analisa a dinâmica da gestão dos espaços na construção do êxito nas instituições de educação infantil, uma vez que as experiências vividas pelas crianças serão relevantes para elas, à medida que são significativas para o seu grupo social, influenciando desta forma, no desenvolvimento e na aprendizagem destas. Segundo Lüdke e André (2013, p. 39), a grande vantagem dessa técnica em relação às outras é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Vale frisar que esse estudo partiu do campo de trabalho com a educação infantil, buscando observar os espaços formativos de crianças pequenas e de que maneira o mesmo, pode ressignificar em função de propiciar a formação integral das crianças pequenas.

A Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, artigo 29 definiu que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Desta forma, podemos dizer que pela legislação brasileira a criança pequena é reconhecida como o sujeito de direitos. Dentre esses direitos, o direito à educação (opção das suas famílias), onde se encontra constituído na primeira etapa da educação básica, a educação infantil, em instituições coletivas de educação: as creches e as pré-escolas.

Sendo assim, o ambiente pedagógico deve ser organizado para que a criança possa a partir dos seus interesses reorganizá-lo e criar novas possibilidades de interação, exploração, criação, tudo isso se divertindo. Deve também prever o brincar livre da criança e, para tal, além de alguns objetos fixos, é importante que se tenham objetos do cotidiano e brinquedos que podem ser deslocados, promovendo a interação das crianças no ambiente. Segundo Kowaltowski (2011), pela vivência com os diversos espaços construídos, o homem soma suas experiências individuais e aprende a conviver com o que a arquitetura lhe possibilita.

Assim, a construção da autonomia se dá, também na oportunidade de interação com o espaço pedagógico e das relações ali estabelecidas. Forneiro (1998) defende que um dos critérios

a ser apontado ao planejar espaços desafiadores, é a possibilidade de esses ambientes provocarem tanto interação entre os sujeitos e decorrentes aprendizagens, quanto à transformação da própria organização espacial.

A instituição pesquisada, ao tomar para si o objeto de formar cidadãos desde a Educação Infantil, busca priorizar como objeto de ensino, temas que estejam em consonância com as questões socioculturais, considerando as experiências e necessidades das crianças, enquanto sujeito biopsicossocial, em um espaço de construção de conhecimento e socialização, externo ao ambiente familiar.

Zabala (1998) defende que independente da organização do espaço pedagógico, faz-se necessário que o ambiente esteja coordenado a partir das necessidades das crianças, promovendo, ao mesmo tempo, a atividade individual e a relação com o grupo.

Nessa perspectiva, que o Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola pesquisada, percebe a estrutura física da instituição como alicerce para o processo de ensino aprendizagem e que o mesmo, propicia satisfação e bem estar a todos, por uma educação de qualidade, a partir de um espaço de produção do conhecimento, de ideias, de compreensão da realidade, firmado no respeito à singularidade, identidade e condição humana no/para o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, levando em conta, as interações das crianças com os comportamentos e aprendizados, buscando elementos que estimulem a relação homem/ambiente, defende a importância da criança se sentir pertencente ao ambiente educativo enquanto indivíduo e coletividade.

Desta forma vale salientar que, a qualidade do ambiente educacional depende da qualidade de cada um dos seus componentes. Pois, a qualidade das relações humanas desenvolvidas nesse ambiente é o fator que mais influencia a qualidade da educação.

Conceitos e tendências do espaço educacional infantil

Ao pensar no espaço educativo de uma sala, o qual pode se configurar em um ambiente fértil em estímulos e comportamentos diversos, pois “as interações entre a criança e seu ambiente são contínuas, recíprocas e independentes” (Bijou; Baer, 1980); ambos podem formar uma unidade inseparável e interligada. O comportamento da criança também pode ser fonte de estímulos para outras crianças que convivem no mesmo ambiente, gerando uma atitude de caráter social.

No Brasil, a sala de refrência na Educação Infantil tem sido objeto de discussão do futuro, mas ainda dentro de um formato bastante tradicional e algumas variações na disposição dos móveis, com a inclusão de equipamentos, principalmente para projeção de imagens, ou alterações simples para trabalhos em grupo (FORNEIRO,1998).

Argumenta-se que essa configuração desmotiva as crianças e que a arquitetura nas salas tem valorizado a autoridade, e não a autonomia, o que estaria em desacordo com as novas metodologias educacionais. A configuração das salas tradicionais não permite olhar para os colegas de classe e trocar ideias, o que prejudica o relacionamento. Apesar dos diversos estudos que comprovam a necessidade de inovação, a maioria das escolas no Brasil ainda apresenta o criticado modo de ensino tradicional, que utiliza os espaços de forma pouco criativa.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as condições espaciais qualificam o tipo de relações estabelecidas, pois o que se busca desenvolver são relações interpessoais, responsáveis pela construção de vínculos sociais e culturais marcantes e que podem ser facilitados ou não pela configuração espacial (Taralli, 2004).

O ambiente físico escolar é, por essência, o local do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A educação é vista como a transmissão de valores e o acúmulo de conhecimento de uma sociedade. Portanto, a história da educação também é a história de uma sociedade e seu desenvolvimento cultural, econômico e político.

A educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. É o primeiro contato da criança com os espaços institucionais formais e com intencionalidade pedagógica, conforme o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEIs - 2010). Ela apresenta a criança como sujeito de direitos, entre esses, o direito a educação desde o nascimento, em espaços públicos. Lança ao lado do documento com a política para a educação infantil, o documento sobre a organização do espaço físico para uma infraestrutura condizente com o novo direito desse ator social: a criança pequena e suas experiências. Desta forma, vemos reconhecido que educar as crianças pequenas não é apenas “tomar conta” exige um profissional que não deve seguir o modelo escolar nem no conteúdo nem no espaço nem no tempo. Para garantir a construção das infâncias, comprometido com o conhecimento, vai redimensionando o tempo e o

espaço na esfera pública para que as crianças construam a própria identidade moral, social e cultural, favorecendo o protagonismo infantil na construção da realidade social.

A organização do cotidiano pressupõe a reflexão sobre diversos aspectos envolvidos com o grupo no qual estamos lidando. É necessário considerar que esta organização precisa, acima de tudo, respeitar as individualidades, os interesses do grupo e levar à construção de conhecimentos.

É importante ter sempre em vista que a organização do espaço educativo reflete as crenças e as concepções que norteiam o trabalho da Instituição da Educação Infantil (IEI). Nesse sentido, para atender às necessidades da criança e à diversidade do currículo na Educação Infantil é imprescindível à organização de espaços internos e externos que permitam as vivências corporais, a imaginação, o desenvolvimento do brincar, das demais linguagens, o contato com a natureza, a vivência de práticas sociais de cuidado e autocuidado, a apropriação e produção de conhecimento e a ampliação de seu universo cultural.

Nos espaços externos, é muito importante que as crianças tenham contato com os diversos elementos da natureza, podendo observá-los, experimentá-los e transformá-los. Além disso, esses espaços devem possibilitar que elas corram, pulem, subam, desçam, escoreguem se escondam e desenvolvam jogos coletivos.

O espaço formador favorecendo o desenvolvimento

Para que os educacionais ofereçam de fato os estímulos adequados, eles precisam ser transformados em ambientes educativos. Como apresentado por Frison (2008, p.169):

Os espaços são concebidos como componentes ativos do processo educacional e neles estão refletidas as concepções de educação assumidas pelo educador e pela escola. É importante que a sala de aula seja um lugar motivador, em que se acolham as diferentes formas de ser e de agir, contempladas nos projetos de trabalho, nos quais as crianças vivenciam suas experiências e descobertas. (...) O espaço físico pode ser transformado em espaço educativo, dependendo da atividade que nele acontece.

Ao discutirmos sobre espaço educativo para crianças pequenas, precisamos pensar nessa estruturação em vários aspectos, dentre eles a segurança. De forma a garantir que o espaço não ofereça nenhum tipo de perigo às crianças, além de proporcionar que tenha também condições adequadas de higiene, ventilação e luminosidade.

O espaço, além de seguro, deve favorecer o desenvolvimento da autonomia, ou seja, é importante que os materiais, os brinquedos e os objetos de uso coletivos e individuais estejam ao alcance das crianças. Assim, além da autonomia, o educador pode auxiliar a criança na internalização das regras do grupo, em sua capacidade de respeitar as informações transmitidas pelo educador, na aquisição gradativa de responsabilidade em relação aos cuidados e à organização do espaço e no desenvolvimento de uma postura proativa.

Como aponta Frison (2008, p.173):

A estruturação do espaço físico, a forma como os materiais estão dispostos e organizados influenciam os processos de ensino e de aprendizagem e auxiliam a construção da autonomia, da estabilidade e da segurança emocional da criança. Para bem desenvolver sua identidade, é fundamental que ela se sinta protegida e esteja inserida em um universo estável, conhecido e acolhedor.

O espaço necessita ser organizado de forma a promover a interação entre as crianças, fator importantíssimo para o desenvolvimento integral. A organização das mesas de trabalho, por exemplo, deve sempre incentivar que as crianças troquem informações e conhecimentos.

Várias possibilidades de organização do espaço podem ser usadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola. Uma estratégia que tem sido utilizada em algumas escolas é a organização a partir de “cantinhos” de interesse (canto dos jogos, canto dos livros, casa de bonecas, canto de ciências etc.). A organização dos cantinhos pode favorecer a interação entre as crianças, a experimentação, a imaginação, a autonomia, a resolução de conflitos e problemas, assim como a própria construção do conhecimento. De acordo com Oliveira (2002), com esse tipo de arranjo espacial “não há necessidade de o educador atrair para si a atenção de todas as crianças ao mesmo tempo”. Enfatiza que o educador, ao organizar um espaço dessa forma, garante a possibilidade de a criança vê-lo, enquanto interage com outros parceiros, ao mesmo tempo em que atua com mais autonomia e desprendimento próprio.

Não podemos deixar de refletir também que, quanto mais ambientes alternativos a criança tiver a possibilidade de explorar, mais estaremos favorecendo todos os aspectos relacionados anteriormente, principalmente nas instituições que atendem as crianças em período integral. A visita ao longo do dia em espaços alternativos como, por exemplo, biblioteca, pátio, horta, sala de teatro, casinha de bonecas, entre outros, favorece estímulos diferenciados a partir da própria configuração desses ambientes. Em relação aos espaços externos, eles são essenciais para que a

criança possa observar e ter contato com a natureza, assim como ter a possibilidade de explorar amplamente o seu corpo (pulando, correndo etc.).

Dando continuidade às ideias de Frison (2008, p.180):

O espaço físico externo da sala de aula também requer ser pensado, pois nele a criança amplia seus conhecimentos ao enfrentar espaços que ela não conhece tanto. Em contato com a Natureza, a criança percebe, por exemplo, transformações e alterações climáticas e fenômenos atmosféricos, apreendendo deles significado. Ao lidar com água, areia, pneus, pedrinhas, garrafas, tampinhas, copinhos, a criança compreende conceitos de quantidade, volume, peso, temperatura; conhece as propriedades de flutuação e de resistência; realiza atividades que exigem motricidade fina, como misturar, remover, encher e esvaziar. Atividades livres e espontâneas estimulam a criança a desenvolver habilidades e competências.

A organização do espaço no cotidiano da Educação Infantil deve ser flexível e construída a partir da participação das crianças, assim como devem ser consideradas as individualidades, os interesses do grupo, levando à construção de conhecimentos. Desta forma, considerando o espaço enquanto ambiente nos coloca na questão central da temática como uma das categorias fundantes da construção de uma pedagogia da educação infantil, o espaço em movimento, que materializa uma intencionalidade pedagógica em suas formas físicas.

Como já discutido por Bufalo (1999), ao tratar do planejamento na educação infantil, ela destaca a estrutura física como uma das fortes interferências no trabalho desenvolvido pelas docentes e que, muitas vezes, não é percebido por elas como um fator determinante na pedagogia adotada. Outras vezes, há uma apropriação pelas docentes tão significativa do trabalho pedagógico desenvolvido no espaço, que estas materializam e incorporam mudanças no espaço, a partir das observações das crianças, o que pode favorecer intervenções que, por exemplo, superem a forma escolar proposta inicialmente em algumas construções da educação infantil, ou ainda, modifiquem construções, as quais não favorecem as experiências de vivências infantis apropriadas.

Na organização do espaço, é necessário que se promova a interação entre as crianças através de cantinhos de interesse e da própria organização do mobiliário (ex.: mesas agrupadas), mas é essencial que o ambiente seja seguro para a faixa etária ao mesmo tempo, que proporcione autonomia para as crianças pequenas.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou documentos destinados, especialmente, a organização dos espaços na educação infantil: O Referencial Curricular para Educação Infantil (1998), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), Os Indicadores de Qualidade de Educação Infantil (2009), O programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância (2007) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010). Nesses documentos o espaço físico na educação infantil é amplamente discutido. De acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 1998), a estruturação do espaço, a forma como estão organizados os materiais, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais para um projeto educativo.

Assim também nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Educação Infantil (2006) afirmam que no planejamento e na estruturação do espaço físico, devem levar em conta os projetos, as atividades desenvolvidas e a faixa etária das crianças. Desta forma, o espaço criado para a criança deve estar organizado de acordo a idade, propondo desafios cognitivos e motores que a farão avançar no desenvolvimento de suas potencialidades.

Percebe-se que a organização do espaço nessa perspectiva faz com que os educadores e crianças, possam brincar juntos estabelecendo entre si um vínculo maior. O professor pode enriquecer o espaço tornando-o mais agradável, com brinquedos industrializados ou confeccionados pelo professor ou mesmo materiais existentes na natureza, pendurar cordas com nós para as crianças escalarem e treinarem o físico. O contato com os objetos enriquece as experiências da criança na medida em que permite uma maior liberdade de ação com eles, com os quais podem inventar novos usos. Por fim, o espaço pode ser entendido para além de uma fronteira, com suas múltiplas possibilidades de interação e que provoque a criança a investigar, programar, criar e organizar.

Como o espaço é pensado e organizado na Escola Aprendiz

A escola Criança Aprendiz¹ atende a Educação Básica, os seguintes níveis de ensinos: Educação Infantil (3,4 e 5 anos); Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e, a modalidade de ensino: Educação de Jovens e Adultos – EJA I(Anos Iniciais) e II(Anos Finais). Essa configuração não permite pensar adequadamente numa proposta pedagógica condizente ao propiciado pelo espaço. Isso se dá pelo fato de que existem inadequações, ocasionando desta forma, a não qualidade no desenvolvimento desse sujeito, por não atender aos aspectos biopsicossociais nos espaços formativos. A escola composta por sete salas de aula que atende ao nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino, totalizando entre os dois turnos quatorze turmas. E no turno noturno atende a três turmas da Educação de Jovens e Adultos.

A escola encontra-se organizada com os seguintes recursos humanos:

Recursos Humanos	Quantidade	Carga Horária Semanal
Diretor	1	60 horas
Vice-diretor	3	20 horas
Secretária	1	40 horas
Docentes	15	09 de 20 horas 04 de 40 horas
Área administrativa	1	40 horas
Área de apoio	6	40 horas

Fonte: PPP da Unidade Escolar 2016.

A partir da pesquisa realizada na Escola Criança Aprendiz, pôde-se observar que a preocupação com a organização dos espaços é ponto chave da instituição, requerendo desta forma, proposta educativa e curricular, que garanta uma educação infantil para as crianças.

¹ Nome fictício

No início do ano letivo, as crianças são recepcionadas com um ambiente bem organizado, paredes decoradas, com material exposto e ao longo do processo esse espaço vai sendo constituído com as produções individuais e coletivas das crianças, onde é possível perceber-se como sujeito integrante desse espaço, ou seja, partícipes desse processo.

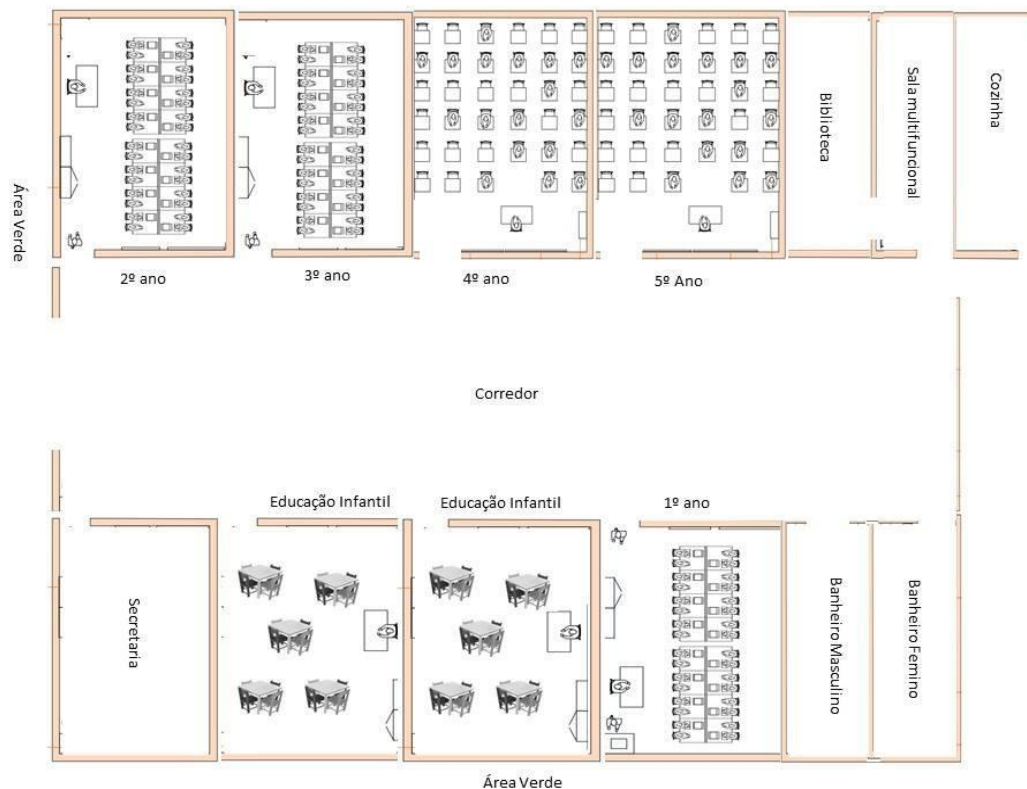
A estrutura da escola é composta por vários espaços, a seguir: sete salas de atividades, uma sala de laboratório, cozinha, banheiro adequado aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro masculino e feminino, sala de secretaria, pátio descoberto, sala multifuncional, sala de leitura, secretaria e área verde. As salas têm tamanho adequado ao número de crianças e possuem amplas janelas de forma a possibilitar as crianças terem contato com o espaço externo.

Segundo a arquiteta Ana Beatriz Goulart de Farias (2007), o espaço está para ser conquistado, um desafio constante para a pedagogia, em um processo de mútuo aprendizado entre as áreas do saber, um saber-fazer educação nos lugares, deliberadamente construído com intencionalidade pedagógica e consciência por parte de sua equipe gestora e profissionais docentes de suas potencialidades e possibilidades.

Não se trata, pois do que os arquitetos podem ou não “fazer” pela Pedagogia da Infância (belas escolas, espaços lúdicos, criativos, etc.) O que proponho é que, a partir do pensar-fazer arquitetura e do pensar – fazer pedagógico, olhemos para a questão do projeto e implementação do lugar pedagógico da infância, em todas as dimensões possíveis, para todas as infâncias. É um caminho de mão dupla onde arquiteturas se educam nas pedagogias e as pedagogias se espacializam no projeto e nas suas arquiteturas (p. 98-99).

A arquitetura destaca em suas reflexões a importância do diálogo entre as áreas do conhecimento, em especial na possibilidade de invenção, criação e descobertas para encontrar novos sentidos para a educação das crianças, principalmente as nossas pequenas e bem pequenas.

Para melhor conhecer o ambiente escolar pesquisado, vale visualizar a seguir o croqui da mesma:



O que se observa nessa planta baixa, é que o espaço grande ou pequeno nem sempre é concebido como um ambiente para as crianças interagirem, nem com outras crianças, pois são tão controladas e não podem perder-se na paisagem, um controle excessivo que muitas vezes impede os fluxos que enriquecem a experiência educativa, nas múltiplas relações do cotidiano na educação infantil.

Retornando ao marco legal, que é uma conquista histórica e está em movimento do discurso para a ação, os Parâmetros destacam em relação à organização espacial que:

A planta-baixa da Unidade de Educação Infantil (UEI) permite prever o fluxo e as formas de circulação e visualizar as salas de atividades e as áreas de recreação e vivência. A partir da disposição dos ambientes em plantas, pode-se perceber a facilidade de interação social entre os usuários (Brasil, 2006, p.25).

Nessa unidade dispõe de uma configuração geográfico-físico que apresenta restrições espaciais de acesso ao lúdico das crianças, se não tivermos olhos de ver, ver possibilidades, buscando diálogos criativos com outras áreas do saber, que enriquecem a pedagogia, para além da forma cristalizada do espaço escolar.

O espaço é organizado de várias formas, com finalidade de atender as necessidades das crianças no processo de socialização e desenvolvimento. Valendo frisar, que há certa flexibilidade na realização das atividades, que não precisam obrigatoriamente acontecer num mesmo espaço.

Nas salas possuem mural para exposição das ações, informar e transmitir valores cultivados, visando que todos possam acompanhar o que acontece no cotidiano da turma. Mesmo sem espaço específico para as brincadeiras, a escola cria esses espaços, visando garantir momentos de brincadeiras coletivas e cantinhos para brincadeiras solitárias. Sendo fundamental, a construção de espaços onde as crianças possam fazer experiências, se sujar, estar próxima da natureza.

A importância da organização de espaços externos é fundamental para a criança poder explorar o ambiente, vivenciando os momentos que proporcionem a ela pleno desenvolvimento de suas capacidades tanto físicas quanto motoras, conforme sua faixa etária. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) os espaços externos necessariamente precisam ser lúdicos e alternativos, para que as crianças possam correr, pular, balançar, descer, escorregar, se pendurar. Em áreas externas todos os brinquedos disponíveis para as crianças interagirem precisam estar em condições seguras, evitando sempre maiores preocupações.

Portanto, vale ressaltar que todos os espaços e ambientes das instituições de Educação Infantil merecem a devida importância, todos os detalhes são componentes para o bem estar da criança com o meio e as pessoas que dele fazem parte, sendo assim, consideradas sala referência na/para o desenvolvimento dessas crianças pequenas. E isso, não foi possível perceber nessa instituição de educação, por não possuir identidade de infância, em que possibilite a produção das culturas infantis.

As crianças de Educação Infantil, a elas, é preciso garantir espaços que revele o seu potencial em extrapolar barreiras que impedem o crescimento e desenvolvimento, ficando visível,

que é negado a esses sujeitos, pois, estão em espaços compartilhados com outros autores que compõem a outra organização de trabalho pedagógico, como por exemplo, Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação de Jovens e Adultos.

Na fala da coordenadora pedagógica e da gestora da escola, fica visível que veem o professor, como modelo, referência, quanto pensador e organizador de espaços, por já conhecer as demandas que são consideradas como ferramentas para o crescimento e desenvolvimento das crianças pequenas. Considerando, agente educador, que acolhe, organiza, provoca e favorece o desenvolvimento de suas crianças. E é preciso estar sempre avaliando, revendo se está funcionando de forma adequada ao nível de desenvolvimento destas.

E, diante da realidade encontrada, foi possível perceber que os professores buscam nos momentos de estudo e das Atividades Complementares (AC), planejar e refletir sobre o espaço educativo adequado, sendo esse, acolhedor, sociável, e que contribua à criança na sua rotina diária conhecimentos contemplados no tripé família, escola e sociedade. Dessa maneira, observa-se o quanto o espaço pode ser importante na aprendizagem das crianças e sua contribuição positiva para seus movimentos em sala enquanto espaço formativo.

A visão da educação infantil frente à escola pesquisada: uma análise da proposta pedagógica

Na escola pesquisada buscou-se visualizar por meio da proposta curricular os valores culturais da infância que privilegiam os conhecimentos reais da criança e, reconhece o educador como mediador do processo de ampliação desses conhecimentos. As especificidades relativas a cada fase do desenvolvimento infantil devem orientar o professor a organizar seu trabalho com a criança pequena, ressaltando os componentes cognitivos, afetivos e a ludicidade. A brincadeira tem papel preponderante, é um recurso importantíssimo para a compreensão de mundo, de si mesmo e das ações humanas, garantindo o aspecto lúdico na aprendizagem infantil.

No entanto, ao observar o cotidiano das crianças, não nos revela essa intenção apresentada nessa proposta curricular. O que visualizamos foi o trabalho desenvolvido com intensidade no espaço de sala e na maioria das vezes com as crianças sentadas.

A ação pedagógica é feita de maneira contundente e firme, na formação de indivíduos livres, críticos, conscientes e participantes da sociedade interagindo, construindo e ressignificando os conhecimentos. Os instrumentos da ação educativa perpassam pela observação, registro e planejamento. A organização do nosso espaço físico é muito importante contamos com salas amplas e adequadas ao trabalho, pátio, que transforma a Educação Infantil em um espaço onde os ambientes são agradáveis e saudáveis.

A construção do conhecimento deve ser coletiva especificamente nas áreas de desenvolvimento humano onde estão interligadas, não havendo muita diferenciação entre elas. Sendo a escola uma das principais responsáveis pela promoção do cidadão, então, cabe a ela definir-se pelo tipo de sujeito que deseja formar, de acordo com sua visão de sociedade; cabendo também a incumbência de definir as mudanças que julgar necessárias.

Considerações finais

Após um processo de reflexão no decorrer desse estudo, entendemos que o ato reflexivo no processo da gestão dos espaços constitui razões fundamentais para a produção de conhecimento e transformação do contexto escolar da educação Infantil.

Diante dessas considerações, acredita-se que uma prática reflexiva é profícua na construção de saberes, visto que uma postura reflexiva pode ser comparada a uma segunda pele, é intrínseca ao trabalho docente, tanto nas situações incertas e caóticas, quanto nas que desperta emoção e prazer. Em decorrência, uma prática reflexiva jamais é inteiramente solitária, pois se apoia no diálogo, na análise do trabalho executado, na avaliação do que se faz, na interação com as leituras e tantos outros elementos.

Por fim, embora a reflexão venha se tornando uma exigência para fazê-lo docente, muito mais do que um simples atributo, não escapa das tensões e dilemas vivenciados pelos professores. Todavia deve-se acreditar que é possível construir esse caminho através de um trabalho árduo de desconstrução e reconstrução dos protagonistas desse processo.

O que esperamos, é que a comunidade escolar passe a entender a gestão dos espaços como indicadores subjetivos de qualidade do ambiente escolar, que varia desde a organização da gestão

da escola, a proposta pedagógica, a qualidade do corpo docente, o perfil do aluno, até as questões sobre o tamanho das turmas e seus equipamentos, entendendo-a como instrumento indispensável ao aperfeiçoamento e progresso de todo o ambiente escolar, mas principalmente um lugar que se possam passar momentos felizes e agradáveis.

Com base nas ideias expostas anteriormente, refletir sobre as relações nas instituições de educação infantil requer pensar num espaço que proponha relações que contribuam para a formação das funções psicológicas superiores nas crianças pequenas, ou seja, na perspectiva histórico-cultural, é responsabilidade do processo educativo organizar intencionalmente as condições adequadas para proporcionar a máxima apropriação das qualidades humanas pelas novas gerações.

O objeto, neste estudo, é o espaço, por isso, foco neste item a importância de espaços para educação da criança pequena que estimulem múltiplas experiências e que possibilitem à criança, através das relações neste meio, assimilar a herança social humana e desenvolver suas habilidades e qualidades psíquicas.

No entanto, vale ressaltar que, é uma estratégia, uma forma de propiciar às camadas populares uma educação necessária à transformação qualitativa de nossa sociedade. Importa mobilizar instrumentos de participação, para que a escola passe a ser do povo e não apenas para o povo, tornando-se realmente uma escola de qualidade.

Referências bibliográficas

BIJOU, S. W; BAER, D. M. O desenvolvimento da criança: uma análise comportamental. Trad. Rachel R. São Paulo: Kerbauy, 1980.

BUFALO, Joseane Maria Parice (1999). “O imprevisto previsto”. Pro –Posição, Campinas, vol. 10, n.1 (28), PP. 119-130,1999.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de e SILVA, Lilian Lopes Martin da. Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. O Espaço e o tempo na Educação Infantil. Ciênc. Let. Porto Alegre, n 43, p. 169 -180 jan/jun. 2008.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KOWALTOWSKI, Doris K. Arquitetura escolar. O projeto do ambiente de ensino. São Paulo, Oficina de Textos, 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.

OLIVEIRA, ZM. et al. Creches: crianças, faz de conta & cia. Petropolis : Vozes, 1992.

SCHMIDT, Ivone Tambelli e MAGRO, Emerson. O Gestor e a Organização do Espaço Escolar-UNICAMP - Campinas. 2012.

TARALLI, C. H. Espaços de leitura na escola: salas de leitura/bibliotecas escolares. Boletim salto para o futuro. Rio de Janeiro: MEC, p. 31-39, out.2004 a.

ZAN, Dirce e POSSATO, Beatris Cristina. ESPAÇOS CERRADOS: as marcas da violência e do controle na arquitetura das escolas. Revista – e- Curriculum. São Paulo, V. 12, nº 03. Out/dez 2014.